

Cronograma de Identificação e de Mapeamento dos Instrumentos Jurídicos para fins de adequação às leis de proteção de dados pessoais

Atualizado em 10 de outubro de 2025

1. Objetivo Geral:

Mapear os contratos e os instrumentos congêneres formalizados por órgãos/entidades municipais que contenham dados pessoais e que não estejam em conformidade com a LGPD, a fim de promover a adequação à norma protetiva.

2. Objetivos Específicos:

- a) Iniciar, com o apoio, ou até mesmo, com a participação direta da alta gestão¹, o processo de adequação de contratos e instrumentos congêneres que contenham dados pessoais, formalizados por órgãos/entidades municipais.
- b) Identificar contratos e instrumentos congêneres que contenham dados pessoais, formalizados por órgãos/entidades municipais, e que não está em conformidade com a LGPD.
- c) Propor cláusulas contratuais específicas a contratos e instrumentos congêneres que contenham dados pessoais, formalizados por órgãos/entidades municipais, devendo se considerar cláusulas e minutaspadrões apresentadas pela PGM/RJ.
- d) Promover o monitoramento contínuo deste processo de adequação de contratos à LGPD;

3. Cronograma de implementação:

3.1 - Lista de Ações do Grupo de Trabalho responsável pela adequação dos instrumentos: O Cronograma de ações consta no Anexo I. Os itens em verde encontram-se concluídos.

¹Acórdão 1384/2022 – TCU – Plenário (Processo: TC 039.606/2020-1.



ANEXO I

Descrição da ação	Detalhamento do entregável	Ações	Responsável	Novembro 2025	Dezembro 2025	Janeiro 2026	Fevereiro 2026	Março 2026
Formação inicial do Comitê de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, que conte com a participação de pessoas pertencentes a diferentes unidades que exercem atividades relevantes para o tratamento de dados pessoais (ex: Segurança da Informação, Jurídico, Recursos Humanos, Auditoria, Ouvidoria e Área de Negócio/Finalística, Compliance), para que sejam considerados aspectos inerentes a todo o órgão/entidade), para órgãos/entidades que ainda possuírem.	A instituição do Comitê de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais visa à garantia do "correto encadeamento e tração do projeto entre os níveis estratégico, tático e operacional." (MALDONADO, Viviane. LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais [livro eletrônico]: manual de implementação. 2. ed São Paulo: Thomson. Reuters Brasil, 2021. P. 42).	Instituir Comitê de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais nos órgãos/entidades municipais que ainda não tenham tal Comitê, a fim de iniciar o processo de adequação à LGPD, em especial, a revisão dos contratos.	Responsáveis nos órgãos/entidades de Alta gestão).	1a 2a 3a 4a	1a 2a 3a 4a	1a 2a 3a 4a	1 ^a 2 ^a 3 ^a 4 ^a	1ª 2ª 3ª 4ª
Criar Grupo de Trabalho específico para a revisão dos Contratos e instrumentos congêneres, e que conte com a participação de pessoas pertencentes a diferentes unidades que exercem	Objetiva criar grupo de trabalho destinado a proceder ao levantamento de instrumentos que contenham dados pessoais. É relevante que o Grupo de Trabalho conte com a participação de pessoas	Instituir Grupo de Trabalho que possua conhecimento jurídico e financeiro a fim de promover o levantamento dos Contratos e instrumentos	Responsáveis nos órgãos/entidades de Alta gestão).					

Descrição da ação	Detalhamento do entregável	Ações	Responsável			mbro 125)		Deze 20	mbro 25)			neiro 026			Feve 20				Ма 20		
				1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	1 ^a	2 ^a	3ª	4 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	1 ^a	2ª	3ª	4 ^a	1 ^a	2ª	3ª	4 ^a
atividades relevantes para o tratamento de dados pessoais.	pertencentes a diferentes unidades dos órgãos/entidades que exercem atividades relevantes para o tratamento de dados pessoais (ex: Segurança da Informação, Tecnologia da Informação, Jurídico, Recursos Humanos, Auditoria, Ouvidoria e Área de Negócio/Finalística), para que sejam considerados aspectos inerentes a todo(a) órgão/entidade.	similares formalizados pelos órgãos/entidades municipais, que contenham dados pessoais.																					
Indicação formal de Encarregado de dados para órgãos/entidades que ainda não possuírem.	A indicação formal decorre de exigência legal (arts. 5°, VIII e 41 da LGPD).	Indicar encarregado de dados para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).	Responsáveis nos órgãos/entidades de Alta gestão).									С	ON	CLI	םוֹנ	0							

Descrição da ação	Detalhamento do entregável	Ações	Responsável	Novembro 2025					Dezembro 2025			Janeiro 2026					Feve 20		Março 2026				
				1 ^a	2 ^a	3ª	4 ^a	1ª	2ª	3ª	4 ^a	1 ^a	2ª	3ª	4 ^a	1 ^a	2 ^a	3ª	4 ^a	1 ^a	2ª	3ª	4 ^a
Mapeamento dos contratos e instrumentos convocatórios vigentes, com elaboração de relatório final.	Objetiva mapear os contratos e instrumentos semelhantes que contenham dados pessoais, e que necessitarão ser adequados à LGPD. O resultado do mapeamento será sob a forma de relatório, descrevendo os detalhes contratuais relacionados à LGPD (quem é o Controlador? Há operador? Há titulares de dados pessoais envolvidos no contrato? Qual tratamento de dados verificados? Quais dados pessoais são tratados?	1) Identificar nos contratos, as categorias de dados pessoais e dos titulares de dados pessoais envolvidas nos contratos e instrumentos congêneres analisados (ex: crianças.). (Referência(s): Lei 13.709/2018, art. 5°, inciso V. ABNT NBR ISO/IEC 27.701/2019, item 7.2.8.) 2) Identificar nos contratos, Operadores que realizam tratamento de dados pessoais em seus nomes. (Referência(s): Lei 13.709/2018, art. 5°, inciso VII. ABNT NBR ISO/IEC 27.701/2019, item 7.2.6.). 3) Identificar nos contratos, uma possível ocorrência de Controladoria Conjunta (itens 3.1 e 7.2.7 da ABNT	Grupo de Trabalho ou o Comitê, com suporte da área gestora de contrato																				

Descrição da ação	Detalhamento do entregável	Ações	Responsável			embro 025)		Deze	mbro 25)			neiro 026			Feve 20	reiro 26				rço 26	
				1ª	2ª	3ª	4 ^a	1 ^a	2ª	3ª	4 ^a	1ª	2ª	3ª	4 ^a	1ª	2ª	3ª	4 ^a	1 ^a	2 ^a	3ª	4 ^a
		NBR ISO/IEC 27701:2019). 4) Identificar nos contratos, processos (operações realizadas) que realizam tratamento de dados pessoais. (art. 5°, X da LGPD e item 7.2.8 da ABNT NBR ISO/IEC 27701:2019). 5) Identificar a(s) base(s) legais s que fundamentam as atividades de tratamento de dados pessoais. (arts. 7° e 23 da LGPD e as diretrizes estabelecidas no item 7.2.2 da ABNT NBR ISO/IEC 27701:2019)																					
Promover debate no GT ou Comitê sobre o Relatório a fim de se iniciar as propostas de adequação à LGPD.	Visa promover o debate entre os membros do GT sobre o relatório elaborado, a fim de que seja iniciado o processo de adequação à LGPD. Nesta fase, serão analisados de que forma os dados pessoais foram tratados nos	O debate proposto almeja classificar os contratos mapeados visando apresentar cláusulas específicas em contratos mais complexos e cláusulas mais	Grupo de Trabalho ou Comitê com suporte da área gestora de contrato																				

Descrição da ação	Detalhamento do entregável	Ações	Responsável			embro 025)		Deze 20	mbro 25				neiro 026			Fever					rço 26	
				1ª	2ª	3ª	4 ^a	1ª	2ª	3ª	4 ^a	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2 ^a	3ª	4ª	1 ^a	2ª	3ª	4 ^a
	instrumentos, bem como a exata identificação do Controlador (ou até Controladoria Conjunta) e o(s) Operadores)	simplificadas em instrumentos mais simples. A exata identificação dos agentes de tratamento de dados é imprescindível à formulação de cláusulas visando à adequação contratual.																					
Levantar possíveis custos relacionados às cláusulas contratuais.	Objetiva o debate/negociação acerca dos possíveis impactos financeiros gerados pela adequação à LGPD.	Visa à discussão e possível negociação com as Contratadas (operadores) em relação a possíveis impactos financeiros oriundos da adequação dos instrumentos à LGPD.	Área Gestora dos contratos, com apoio do Grupo de Trabalho ou do Comitê.																				
Promover a adequação dos instrumentos	Visa ao processo de adequação dos Instrumentos contratuais e similares à LGPD.	Apresentação de propostas de cláusulas visando à adequação dos instrumentos à LGPD, devendo se considerar cláusulas e minutas-padrões apresentadas pela PGM/RJ.	Área Gestora dos contratos com apoio do Grupo de Trabalho ou do Comitê.																				

Descrição da ação	Detalhamento do entregável	Ações	Responsável	Novembro Dez 2025 2				Dezembro 2025				Janeiro 2026				Fevereiro 2026				Março 2026			
				1ª	2ª	3ª	4 ^a	1ª	2ª	3ª	4 ^a	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2 ^a	3ª	4 ^a	1ª	2ª	3ª	4 ^a
		A área responsável pela confecção de contratos e termos aditivos deverá, com base nas propostas de cláusulas visando à adequação dos instrumentos à LGPD, adequar os contratos, de forma a estabelecer, claramente, os papéis e responsabilidades relacionados à proteção de dados pessoais, considerando as diretrizes estabelecidas no item 7.2.6 da ABNT NBR ISO/IEC 27701:2019. Após, a adequação promovida, deverão ser tomadas todas as providências administrativas pertinentes aos contratos, como por exemplo, publicação em DO do extrato do instrumento.																					

Descrição da ação	Detalhamento do entregável	Ações	Responsável	Novembro 2025	Dezembro 2025	Janeiro 2026	Fevereiro 2026	Março 2026
				1 ^a 2 ^a 3 ^a 4 ^a	1 ^a 2 ^a 3 ^a 4 ^a	1 ^a 2 ^a 3 ^a 4 ^a	1 ^a 2 ^a 3 ^a 4 ^a	1 ^a 2 ^a 3 ^a 4 ^a
Monitoramento contínuo das revisões nos contratos e da adequação à LGPD.	Promover o monitoramento permanente das revisões feitas nos contratos e instrumentos congêneres.	processos de	Grupo de Trabalho ou pelo Comitê		A	TIVIDADE PERMAN	IENTE	